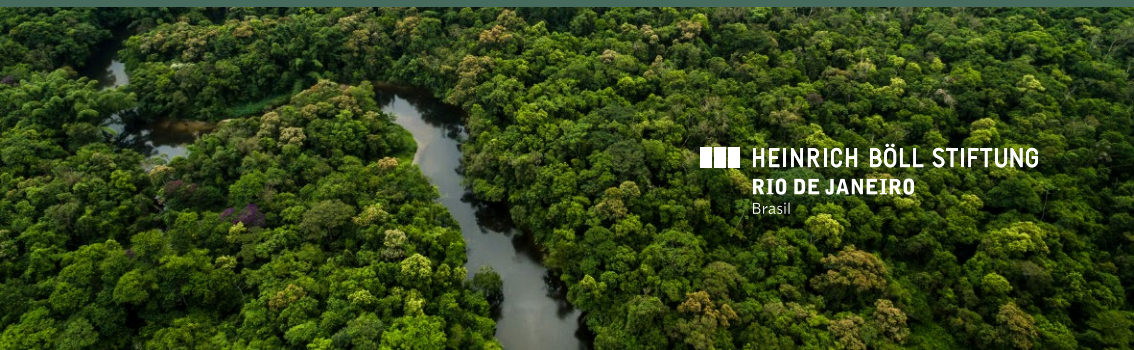


# OS MILITARES NA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA NOVA REPÚBLICA:

uma gestão militarizada  
de territórios e populações

Licio Caetano do Rego Monteiro

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG  
RIO DE JANEIRO  
Brasil



Acontecimentos recentes lançaram luz sobre a maneira como os militares concebem a região amazônica e nela atuam. Em 2019, por ocasião do aumento vertiginoso das queimadas na Amazônia durante a estação seca, foi decretada uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em toda a Amazônia Legal para direcionar o Exército ao combate às queimadas. Em 2020, foi recriado o Conselho Nacional da Amazônia Legal, comandado pelo vice-presidente Hamilton Mourão, com a participação de 19 militares em sua composição. E novamente foi lançada uma operação “preventiva” de GLO. Observando esses desdobramentos, nos perguntamos: como e quando a Amazônia entra na pauta dos militares?

## DA DITADURA À REDEMOCRATIZAÇÃO

A relevância geopolítica da Amazônia para os militares pode remeter ao período da ditadura militar. As ideias de integração nacional vinham pelo menos desde os primeiros geopolíticos brasileiros nos anos 1930, mas são postas em prática a partir dos anos 1960. A abertura de rodovias, os grandes projetos de energia e mineração e a expansão da fronteira agrícola foram processos marcados pelo autoritarismo, degradação ambiental e desrespeito aos direitos humanos. É na Amazônia também que ocorre a maior guerrilha rural de contestação à ditadura, a guerrilha do Araguaia, dizimada pelos militares em meados dos anos 1970.

Outros conflitos por terra ocorridos nos anos 1970 e 1980 têm a Amazônia como palco, uma vez que na região as frentes de expansão agropecuária e extrativista confrontavam usos tradicionais da terra por ribeirinhos, seringueiros, povos tradicionais e indígenas, além de opor muitas vezes posseiros a grandes empreendedores e latifundiários. Duas situações emblemáticas ocorreram na Amazônia nos anos 1980, com grande repercussão internacional. No Acre, teve destaque a luta dos seringueiros contra a expansão do desmatamento associado à extração de madeira e à pecuária, inclusive com o assassinato da principal liderança seringueira, Chico Mendes, em 1988. No sudeste do Pará, o garimpo de Serra Pelada se tornou também um símbolo de degradação ambiental e conflito social, com um amálgama de mandonismo local, controle militar e capitalismo predatório que teve na figura do Major Curió seu expoente principal<sup>1</sup>.

1. Como sintoma dos tempos atuais podemos observar o destino recente da memória sobre as figuras antagônicas de Chico Mendes e Major Curió. Enquanto Major Curió, falecido em agosto de 2022, foi recebido com honras pelo presidente Bolsonaro em 2020, a estátua de Chico Mendes na capital do Acre foi depredada por vândalos em maio de 2022.

Embora a colonização interna promovida nos anos 1960 e 1970 tenha feito parte dos planos geopolíticos militares e tenha sido acompanhada do reforço da presença militar na Amazônia, é com a redemocratização que a Amazônia ganha destaque no discurso de legitimação dos militares num contexto democrático e de fim da Guerra Fria. A doutrina de segurança nacional que relacionava o inimigo interno à ameaça comunista internacional já carecia de sentido, enquanto temas emergentes na pauta internacional passavam a mobilizar o debate sobre a segurança, como a questão do meio ambiente, dos direitos humanos e da criminalidade transnacional.

### **AMAZÔNIA COMO REGIÃO SÍMBOLO DOS MILITARES PÓS-1985**

O Projeto Calha Norte é lançado em 1986 como um dos principais programas de reforço do Exército brasileiro. O enfoque é justamente a faixa de fronteira na Amazônia, especificamente o segmento fronteiriço do Pará à Tabatinga-AM, na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru. Os motivos expostos envolviam conflitos entre indígenas e garimpeiros em Roraima e a ascensão de um governo de esquerda na Guiana, sob influência cubana, o que ressoava ainda as razões de Estado do período da Guerra Fria. A questão indígena, no entanto, já aparecia no cenário como ponto de tensão.

A pauta ambiental que ganha corpo nos anos 1980 coloca a Amazônia no centro do debate global sobre biodiversidade e clima. É então que surge uma visão geopolítica sobre o meio ambiente que o situa como um tema que implica a ingerência das grandes potências em países periféricos como o Brasil. Os constrangimentos internacionais causados pelo desmatamento da Amazônia são traduzidos como parte dessa intromissão na soberania nacional. Declarações de líderes mundiais sobre uma suposta internacionalização da Amazônia são apresentadas pelos militares desde então como um sintoma da ameaça que paira sobre o Brasil<sup>2</sup>.

O governo brasileiro promoveu mudanças significativas em sua política ambiental nos anos 1990. O que poderia ser visto como uma resposta satisfatória no plano diplomático internacional acabou sendo reinterpretado pelos militares como uma concessão do Brasil às demandas externas. Um

---

<sup>2</sup> Não à toa o mesmo argumento ressurgiu com as considerações sobre um "status internacional" da Amazônia feitas pelo presidente francês Emmanuel Macron, em 2019.

exemplo é a questão da demarcação de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas), na Amazônia de um modo geral e, especificamente, na faixa de fronteira. Uma visão mais sofisticada poderia reconhecer que essas iniciativas, além de garantirem a proteção ambiental e o direito da população indígena aos seus territórios, reforçaram também a segurança das fronteiras e a integridade territorial do Brasil, uma vez que numa vasta área a ser vigiada as forças regulares podem se concentrar nos espaços de maior conectividade transfronteiriça. Mas a visão que prevalece no âmbito militar é a de que a proteção ambiental e os direitos territoriais indígenas são entraves ao desenvolvimento econômico e fragilizam o controle territorial efetivo, que só pode ser assegurado pela ampliação da presença militar nessa fração do território, consideradas como fronteiras porosas, desguarnecidas e sem controle.

## **Políticas de Defesa na Amazônia a Partir dos Anos 1990**

Apesar do discurso de fragilidade institucional, as Forças Armadas reforçaram suas posições nas áreas protegidas, ao regulamentarem a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em unidades de conservação e terras indígenas<sup>3</sup> e depois direcionarem a criação de pelotões especiais de fronteira especificamente para as terras indígenas situadas na faixa de fronteira amazônica<sup>4</sup>.

A Amazônia aparece com destaque nas políticas de defesa nacional elaboradas no período democrático, desde a Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996 até o Livro Branco da Defesa Nacional (2012), como vemos no Quadro 1.

Nos anos 1990, enquanto o Programa Calha Norte entrou em declínio, a novidade foi o lançamento do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), em 1990, que só entrou em operação a partir de 2002. Implicava a instalação de unidades de vigilância e transmissão de dados remotos que fazem uma cobertura sobre toda a Amazônia Legal. Inicialmente era orientado para o monitoramento ambiental, mas nos anos 2000 já se falava também do uso para combate aos crimes transnacionais.

---

3. Decretos 4411 e 4412, de 2002.

4. Decreto 6513, de 2008.

## QUADRO 1: A AMAZÔNIA NAS POLÍTICAS DE DEFESA NACIONAL

<b>Política de Defesa Nacional (1996)</b>	Cita a “ação de bandos armados que atuam em países vizinhos, nos lindes da Amazônia brasileira” e tinha como uma de suas diretrizes “proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar”.
<b>Revisão da Política de Defesa Nacional (2005)</b>	Aponta a Amazônia e o Atlântico Sul como áreas prioritárias. A Amazônia vista como “foco da atenção internacional”, com uma situação de precariedade e baixa densidade demográfica que facilitava “a prática de ilícitos transnacionais” e “a presença de grupos com objetivos contrários aos interesses nacionais”. Como solução, apontada “o adensamento da presença do Estado, em particular das Forças Armadas”.
<b>Estratégia Nacional de Defesa (2008)</b>	Aponta como uma diretriz explícita “priorizar a região amazônica” e fala ainda de desenvolver “a capacidade logística, sobretudo na região amazônica”. Reforça a ideia de uma ingerência externa, ao afirmar que o Brasil não permitirá “que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros”.
<b>Livro Branco da Defesa Nacional (2012)</b>	Afirma que a “Amazônia representa um dos focos de maior interesse da defesa” e apresenta em sua meta de “vigiar e proteger o território brasileiro” uma “especial ênfase na Amazônia e no Centro-Oeste”.

No início dos anos 2000, o Calha Norte foi revitalizado, com o aumento de verbas e com a expansão da área de atuação<sup>5</sup>. Embora originalmente voltado para o reforço das unidades militares na fronteira amazônica, a partir dos anos 2000 o Programa Calha Norte se desdobra em duas vertentes: a vertente militar, com menos verbas, orientadas para o reforço das infraestruturas militares, e a vertente civil, a partir da qual os governos municipais e estaduais acessam verbas via Ministério da Defesa para ações sociais e de infraestrutura pública. É uma política que estreita os laços entre os governos civis e os militares no âmbito da Amazônia, promovendo a visão militar sobre a gestão do território.

5. Em 2004, o Calha Norte passou a englobar também os estados do Acre e de Rondônia. Em 2016, os estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, e em 2022, Tocantins e Maranhão.

## A AMAZÔNIA E AS “NOVAS AMEAÇAS”

Outro tema que ganha destaque nos anos 1990 é o combate ao tráfico de drogas. Países amazônicos como Bolívia, Peru e Colômbia eram os principais produtores de coca e cocaína e parte do escoamento da produção envolvia o trânsito pela Amazônia brasileira. O recrudescimento do combate militarizado ao tráfico de drogas redundou no Plano Colômbia, instituído em 2000, como uma cooperação militar e policial entre Estados Unidos e Colômbia. Os países vizinhos à Colômbia passaram a lidar com o aumento dos diversos efeitos transfronteiriços do conflito, como deslocamentos de população, incursões armadas das forças oficiais e irregulares, problemas ambientais relacionados à fumigação aérea dos plantios e a possível migração de cultivos de coca para outros territórios.

Embora no caso brasileiro a expectativa tenha sido muito maior que a realidade, a atenção dos militares na Amazônia se voltou para a fronteira Brasil-Colômbia. O Brasil reforçou esse segmento de fronteira com a criação e a transferência de organizações militares, a instalação de pelotões de fronteira, a realização de operações combinadas entre as três forças, a assinatura de acordos de cooperação internacional em matéria de segurança e defesa e até mesmo o lançamento de um plano binacional de segurança fronteiriça com a Colômbia, em 2011, que não teve prosseguimento.

Nos anos 2010, o foco dos militares, e do Exército, em especial, se direciona para outras áreas, como demonstra o fato de o principal programa do Exército, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) ter sido lançado no sul do Mato Grosso do Sul, tendo como epicentro o município de Dourados-MS. Mesmo assim, a Amazônia permanece com uma forte presença militar, por conta da inércia dos processos anteriores, e no plano simbólico segue sendo ativada como região prioritária para os militares.

## DE TEMER A BOLSONARO: OS MILITARES DE VOLTA AO CENTRO DO PODER

No governo Temer (2016-2018), temos dois acontecimentos de destaque, o exercício Amazonlog e a Operação Acolhida. Em novembro de 2017, um exercício militar de grande porte, o Amazonlog, foi realizado na região da tríplex fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, com participa-

ção de forças de 19 países, com destaque para os Estados Unidos. O exercício foi focado na logística militar e simulava uma crise de refugiados na fronteira resultante de uma possível intensificação dos conflitos nos países vizinhos. É uma operação que reativa a preocupação com o segmento de fronteira Brasil-Colômbia, mesmo num contexto de apaziguamento do conflito armado no país vizinho.

Já em fevereiro de 2018, foi lançada em Roraima, na fronteira com a Venezuela, a Operação Acolhida, voltada para a recepção de levas de imigrantes venezuelanos que adentravam o Brasil pela fronteira. A preeminência das Forças Armadas no tratamento de uma questão humanitária, com a militarização da gestão da população migrante, denota o tratamento especial dado aos militares na Amazônia, onde aparecem como solução para os problemas que afetam a ordem social.

É nesse contexto que chegamos aos anos do governo Bolsonaro (2019-2022). Com a finalidade de combater queimadas e ilícitos ambientais, o governo federal decreta Operações de Garantia da Lei e da Ordem abrangendo toda a Amazônia, as operações Verde Brasil 1 e 2 e Samaúma, entre 2019 a 2021. Apesar de não ter sido eficiente em sua finalidade de combate às queimadas, as operações reforçam a ideia de que são as Forças Armadas as portadoras de solução e as garantidoras da ordem na Amazônia, numa visão muito limitada sobre a política ambiental, pois enfraquece diversas outras iniciativas e agências estatais enquanto transforma a gestão ambiental numa operação de guerra.

Chegamos aos dias atuais com a reafirmação do lugar privilegiado dos militares na gestão do território amazônico, em que a visão militar sobre a Amazônia ganha centralidade na definição dos destinos da região. De certa forma, diminui e ofusca outras visões concorrentes, tanto no âmbito do Estado quanto da sociedade civil. O Conselho Nacional da Amazônia Legal, reativado em 2020 sob o comando do vice-presidente Mourão e formado por mais 19 militares e sem representação de órgãos ambientais, FUNAI e governos estaduais, expressa bem essa prevalência da visão militar na abordagem sobre a Amazônia.

Em 2022, o Instituto Sagres, formado por militares da reserva, coordenou a produção do documento "Projeto de Nação", com um capítulo específico sobre a Amazônia, que sintetiza as principais visões dos militares sobre a região. O documento propõe "limitar influências político-par-

tidárias” nas decisões sobre a Amazônia, o que é uma forma de silenciar vozes dissonantes em nome de uma suposta “razão de Estado”, expressa principalmente pelas lentes militares, como se o destino da Amazônia não fosse definido no âmbito político, mas segundo uma lógica de exceção.

## **AMAZÔNIA COMO LABORATÓRIO PARA UM BRASIL MILITARIZADO**

Observando as décadas que se sucederam à redemocratização no Brasil, vimos que o discurso das “novas ameaças” teve na Amazônia o seu principal foco e foi instrumentalizado para atualizar as doutrinas de emprego das Forças Armadas no contexto pós-Guerra Fria. O momento atual retoma processos que foram acumulados ao longo das três décadas anteriores, em que a Amazônia se constituiu como um laboratório para a gestão militarizada de territórios e populações.

As Forças Armadas assumem o lugar de força estabilizadora, portadora da ordem pública e das soluções políticas, silenciando outros atores. Reconstituir a atuação dos militares na Amazônia desde os anos 1980 nos ajuda a entender certo modo de governar através de estruturas do aparato estatal que tendem a fugir do controle democrático. E esse modo de governar passa a disputar o centro do poder político no contexto atual, seja sob os holofotes, como no governo Bolsonaro, seja de forma mais camuflada, com a mudança de governo.





# OS MILITARES NA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DA NOVA REPÚBLICA:

uma gestão militarizada  
de territórios e populações

Lício Caetano do Rego Monteiro

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG  
RIO DE JANEIRO  
Brasil

